



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO, SEUS QUANTITATIVOS E SEUS VALORES (Art. 6, inciso XXIII, alínea “a” E “i” da Lei 14.133/2021)

A aquisição de luminárias é extremamente necessária para suprir a necessidade da secretaria de infraestrutura para iluminação do ambiente de trabalho.

As luminárias serão colocadas na sala de reunião da Secretaria do Sistema de Infraestrutura para melhor iluminação do ambiente, possibilitando reuniões mais eficazes, com as condições de trabalho adequada.

Além da sala de reunião, é necessário a instalação dessas luminárias em alguns pontos do corredor, possibilitando que o ambiente de trabalho fique totalmente claro, adequado e apto para a execução dos serviços prestados pelos profissionais da Secretaria do Sistema de Infraestrutura.

Os confortos visuais proporcionados pelas luminárias corretas na sala de reunião da Secretaria do Sistema de Infraestrutura favorecem a concentração nas decisões e o foco na leitura de projetos e mapas. Elas previnem que a equipe fique cansada ou ofuscada, o que resulta em mais eficiência, segurança e produtividade nas tarefas do dia a dia.

Um projeto luminotécnico bem elaborado e a seleção adequada das luminárias trazem resultados diretos na administração do ambiente:

- **Visibilidade e Clareza:** A iluminação adequada aumenta a clareza na interpretação de projetos estruturais, plantas baixas e documentos técnicos.
- **Foco e Produtividade:** Luminárias com luz neutra (entre 4000K) mantêm o cérebro ativo e concentrado em reuniões que se estendem por horas.
- **Economia:** Com luminárias contemporâneas que utilizam tecnologia LED, o consumo de energia é minimizado e a manutenção é reduzida.





PREFEITURA DE MORRO DA FUMAÇA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DO SISTEMA DE INFRAESTRUTURA

Na sala de reunião da Secretaria de Infraestrutura, as luminárias apropriadas asseguram um ambiente profissional que funciona bem. Elas eliminam sombras e áreas de falta de visibilidade, minimizam a fadiga ocular e aumentam a concentração e o foco nas tomadas de decisão e nas apresentações.

Portanto a iluminação adequada ajudará a tornar o ambiente de trabalho mais agradável, iluminado, possibilitando tomada de decisões mais eficazes e precisas, agilizando o processo de trabalho dos profissionais que usufruem do ambiente.

Item	PRODUTO	SIGLA	QUANT.	VLR UNIT.	VLR TOTAL
1	LUMINÁRIA DE EMBUTIR, PLAFON LED, 62X62 CM, 45 W, 6500 K	UN	8	196,65	1.573,20

O valor total estimado da contratação é de **R\$ 1.573,20** (Mil quinhentos e setenta e três reais e vinte centavos).

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “b” da Lei 14.133/2021)

A contratação para fornecimento de luminárias visa adequar o novo local de trabalho, proporcionando maior comodidade, eficiência e agilidade para os serviços prestados pelos profissionais, além de facilitar as instalações e manter a estética do ambiente.

A aquisição dessas luminárias é essencial para a manutenção das atividades administrativas e atendimento ao público, sendo de extrema importância para os profissionais da Secretaria de Infraestrutura na realização de reuniões e outros trabalhos realizados por eles, proporcionando assim, que seja entregue a população um trabalho adequado e eficaz.





Art. 69. Ficam dispensados de parecer jurídico e de parecer do Controle Interno as situações onde o instrumento de contrato não for obrigatório, nos termos do artigo 95, da Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como àquelas onde a minuta de edital e/ou de contrato estiver padronizado pelos respectivos órgãos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “c” da Lei 14.133/2021)

A solução mais vantajosa consiste na aquisição de luminárias para serem instaladas na sala de reunião, corredor e para manutenções, na qual é extremamente necessário e obrigatório para manter o local de trabalho em perfeito funcionamento, proporcionando clareza no ambiente, e deixando agradável o local de trabalho de uso dos profissionais e população em geral.

A instalação dessas luminárias proporciona, não apenas o bom funcionamento da secretaria, mas garante segurança, agilidade e eficiência nos serviços prestados, além de proporcionar uma eficácia melhor e também proporciona uma estética melhor para o ambiente de trabalho.

Sendo assim, a solução como um todo ainda é adquirir luminárias para manter a segurança dos trabalhos prestados, tomadas de decisões, reunião mais precisas e seguras, deixando o ambiente mais agradável, claro e bonito.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “d” da Lei 14.133/2021)

4.1 A empresa contratada deverá atender aos requisitos exigidos no termo de referência nos itens que lhe compete, tendo como obrigações principais, que o item ofertado atenda todas as exigências de especificação, critérios de sustentabilidade, atendendo as normativas, que couber.

4.2 O produto deverá ser entregue em **local indicado pela Secretaria do**





Sistema de Infraestrutura – mediante agendamento com servidor designado em até **05 (Cinco) dias**.

4.3 O recebimento será feito pelo servidor designado por esta municipalidade, responsável em promover a conferência, o exame qualitativo e quantitativo e a aceitação final do objeto da dispensa eletrônica, ou não.

4.4 O produto deverá ser entregue com as mesmas condições indicadas na proposta de preço vencedora da dispensa eletrônica, forma de acondicionamento, garantia, quantidade e qualidade, respeitando rigorosamente as especificações do termo de referência.

4.5. Em caso de não realização da entrega desse produto dentro do prazo de **05 (Cinco) dias**, a contar do recebimento da solicitação, estará caracterizada a não aceitação, por parte da empresa vencedora. Nesta hipótese, é facultado ao município aplicar as sanções previstas em lei, bem como convocar os licitantes remanescentes, com observância da ordem de classificação, em igual prazo e nas mesmas condições, inclusive preços.

4.6. Ficam os licitantes vencedores obrigados a reparar, corrigir, substituir ou remover, às suas expensas, no todo ou em parte, os materiais em que se verificarem algum problema no prazo de **01 (um) dia**, a contar do horário de notificação, sem ônus para a contratante.

4.7 O recebimento definitivo ocorrerá após verificação da quantidade e qualidade do produto e consequentemente aceitação, o que se dará no prazo de **15 (quinze) dias** contados a partir do recebimento dos materiais.

5. HABILITAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA POR LEI EM CONTRATAÇÕES ESPECÍFICAS

Não se aplica.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “e” da Lei 14.133/2021)

Não se aplica.





7. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “f” da Lei 14.133/2021).

Não se aplica.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (Art. 6, inciso XXIII, alínea “g” da Lei 14.133/2021)

8.1 Do Recebimento

8.1.1 O recebimento será feito pelo servidor designado por esta municipalidade, responsável em promover a conferência, o exame qualitativo e quantitativo e a aceitação final do objeto da licitação, ou não.

8.2 Prazo de pagamento

8.2.1 A contratada deverá apresentar a nota fiscal eletrônica, indicando o número da conta corrente, agência e banco, que será atestada pelo responsável do setor de compras ou servidor designado. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal.

8.3 Forma de pagamento

8.3.1 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

8.3.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4 Condições de pagamento

8.4.1 A emissão da Nota Fiscal será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste Termo de Referência;

8.4.2 Para proceder o pagamento o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do





documento, tais como: a) a data da emissão; b) os dados do contratado e do contratante; c) o valor a pagar; e d) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis, entre outros;

8.4.3 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado a apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

8.4.4 O Decreto Municipal nº 136/2023 do Município de Morro da Fumaça/SC trata sobre a retenção de tributos no pagamento aos fornecedores por órgãos e entidades da administração pública direta, autárquica e fundacional.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6, inciso XXIII, alínea “h” da Lei 14.133/2021)

O critério utilizado para a escolha do fornecedor será por **dispensa eletrônica**.

10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Aplicam-se as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 em caso de descumprimento, como advertência, multa, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração.

11. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Menor preço por item.

12. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

12.1 A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no termo de referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do serviço;





12.2 A contratada deverá efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste termo de referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

12.3 A contratada deverá reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de **1 (um) dia** o produto com avarias ou defeitos;

12.4 A contratada deverá comunicar à contratante, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega do produto, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.5 A contratada deve executar a entrega do produto no prazo fixado sob pena de desclassificação e convocação da próxima vencedora.

12.6 A contratada deverá manter, durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na dispensa eletrônica e nesse termo de referência.

13. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

13.1. Receber o produto no prazo e condições estabelecidas no termo de referência;

13.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos entregues provisoriamente com as especificações constantes no termo de referência e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

13.3. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na entrega do produto, para que seja reparado ou corrigido.

13.4. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao produto entregue, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência e seus anexos.





PREFEITURA DE MORRO DA FUMAÇA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DO SISTEMA DE INFRAESTRUTURA

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6, inciso XXIII, alínea “j” da Lei 14.133/2021)

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta de recursos específicos do município.

15. VIGÊNCIA E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (Art. 84 da Lei 14.133/2021)

Não se aplica.

16. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Não se aplica.

17. BENEFÍCIO LOCAL/REGIONAL

Aplica-se o benefício de **10%** (dez por cento) para Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP de abrangência **local ou regional**, nos termos do Decreto Municipal nº 78/2022.

Morro da Fumaça/SC, 15 de junho de 2026.

Anderson Rodrigues Salvador
Chefe de departamento financeiro de Infraestrutura
Matricula 3318

